

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.403.491 - MG (2018/0308127-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : Y C G
ADVOGADO : TIAGO COSTA CAMILO E OUTRO(S) - MG102732
AGRAVADO : J G DA S
ADVOGADO : PAULO CÉSAR DO AMARAL JUNIOR - MG043102

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto por Y. C. G. em face da decisão acostada a fls. 390-395 e-STJ que, em juízo prévio de admissibilidade, negou seguimento ao recurso especial manejado pelo ora agravante.

O apelo extremo, fundado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, fora deduzido em desafio ao acórdão de fls. 340-350 e-STJ, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - ANULATÓRIA DE REGISTRO DE PATERNIDADE - INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO BIOLÓGICO - QUESTÃO INCONTROVERSA - ERRO SUBSTANCIAL COMPROVADO - PATERNIDADE SOCIOAFETIVA NÃO CONFIGURADA - DESCONSTITUIÇÃO DA PATERNIDADE - OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EXTINTA - SENTENÇA MANTIDA. O ato voluntário de reconhecimento da paternidade é irrevogável, irreatável e produz efeitos ex tunc, não se admitindo o arrependimento posterior, razão pela qual só pode ser desfeito quando demonstrado vício de consentimento que implique sua invalidade. Se a inexistência de vínculo biológico entre as partes é incontroversa, torna-se necessário averiguar a existência de erro na manifestação de vontade do genitor ao declarar a paternidade de filho perante o Oficial Cartorário. Comprovado o erro na declaração de paternidade, bem como a ausência de relação socioafetiva entre as partes, impõe-se a desconstituição da paternidade, e, por conseguinte, deve ser extinta a obrigação acessória de prestação de alimentos. Logo, deve ser desprovido o recurso e mantida a sentença.

Opostos embargos de declaração (fls. 353 e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 354-359 e-STJ).

Nas razões de recurso especial, alegou o insurgente que o acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos de lei federal: (i) art. 1.022, caput e inc. II, e art. 489, §1º, inc. V, do CPC/15, sustentando, preliminarmente, a nulidade do acórdão por negativa de prestação jurisdicional e carência de fundamentação (ii) art. 1.604 e 1.609, inc. I, do Código Civil, defendendo que não foi demonstrada a existência de vício de consentimento no momento do registro do menor, mas sim a existência de dúvida quanto à paternidade desde o nascimento da criança, o que descaracterizaria o fundamento da anulação. Aduziu, ainda, estar configurado o dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões a fls. **387-388** e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade, a corte de origem negou seguimento ao apelo nobre rejeitando a alegada negativa de prestação jurisdicional e por aplicação da Súmula 7/STJ.

Inconformado, interpôs o presente agravo (art. 1.042 do CPC/15), cuja

minuta está acostada a fls. 398-407 e-STJ, por meio do qual pretende ver admitido o recurso especial.

Contraminuta a fls. 408-410 e-STJ.

Parecer do D. Ministério Público às fls. 419-423 e-STJ opinando pelo desprovimento do recurso.

É o relatório. Decide-se.

O recurso não comporta provimento.

1. Não restou configurada a negativa de prestação jurisdicional. Conforme a iterativa jurisprudência deste Tribunal superior, deve ser afastada a alegação de ofensa aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15 *"na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional"* (RCD no AREsp 1297701/RS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 13/08/2018).

No mesmo sentido, vejam-se, a título de exemplo: EDcl no Ag 749.349/DF, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; AgInt no REsp 1716263/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2018, DJe 14/08/2018; AgInt no AREsp 1241784/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 27/06/2018.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou omisso quanto a circunstância narrada pelo próprio autor, qual seja, a existência de dúvida quanto à paternidade. Verifica-se, no entanto, conforme os trechos a seguir citados, que o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais decidiu de modo fundamentado as questões essenciais ao deslinde da controvérsia. Afasta-se, portanto, a alegada violação aos artigos 489 e 1.022 do CPC/15.

2. Inviável admitir o apelo quanto às alegações de ofensa aos artigos 1.604 e 1.609 do Código Civil por demandar reexame das provas contidas nos autos.

Segundo os autos, a Corte de origem manteve, por fundamento diverso, a sentença que, nos autos da ação negatória de paternidade e exoneração de alimentos proposta pelo ora recorrido julgou procedentes os pedidos iniciais.

Essencialmente, o Tribunal *a quo* verificou caracterizado o vício de vontade no ato do recorrido, que registrou como filho a criança. Constatou, ainda, que não havia nos autos elementos suficientes para demonstrar que o autor tinha dúvidas acerca do vínculo biológico com a criança. Registrou, por fim, não existir laço socioafetivo que justificasse a manutenção do nome do ora recorrido no registro de nascimento do menor.

Cita-se o excerto correspondente (fls. 347 e-STJ, sem grifos no original):

No caso dos autos, entendo caracterizado o vício na manifestação de vontade de J. ao registrar Y. como filho, pois, segundo alegado na petição inicial e depoimento pessoal (fl. 140) - sem qualquer insurgência da parte ré, neste aspecto - o autor manteve relacionamento, ainda que esporádico, com C. V. C., e esta, diante da sua gravidez, atribuiu-lhe a paternidade.

Ademais, do cotejo dos elementos probatórios colacionados ao processo não é possível extrair qualquer indício de que o apelante, ao registrar o menor como seu filho, poucos meses após o seu nascimento, possuísse alguma desconfiança em relação a sua paternidade, podendo-se deduzir

que assim procedeu porque acreditava ser, a criança, fruto de seu relacionamento com C. V. C., tanto é que, em 2710811997, antes da criança completar um ano de idade, celebrou acordo com a genitora para pagamento de pensão alimentícia ao menor, no valor equivalente a 01 (um) salário mínimo, além de plano de saúde, conforme se verifica do documento de fl 15.

Diante dessas circunstâncias, **comprovado está o vício na manifestação de vontade do genitor, consistente em erro substancial em relação à pessoa, impondo-se aferir a existência de relação socioafetiva a justificar a manutenção do vínculo.**

Contudo, também neste aspecto, forçoso reconhecer que nunca existiu, entre as partes, qualquer relação.

O acórdão impugnado está, portanto, fundamentado no quadro fático singular formado na presente demanda. A revisão do aresto no sentido pretendido pela recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a inexistência de indícios de dúvida quanto à paternidade. Essas medidas não são possíveis pela via estreita do recurso especial, conforme o enunciado da Súmula 7/STJ: *A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.*

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE E DE ANULAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO. 1. Controvérsia em torno da presença dos requisitos legais para a desconstituição da paternidade declarada em desacordo com a verdade biológica. 2. Possibilidade, segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, de desconstituição do registro de nascimento quando baseado em vício de consentimento e uma vez afastada a existência de filiação socioafetiva, como verificado no caso dos autos.

3. Inviabilidade do acolhimento da pretensão recursal fundada na alegação de que não houve erro a comprometer a manifestação de vontade do pai registral, por demandar o reexame de matéria fático-probatória dos autos.

4. Razões do agravo interno que não alteram as conclusões da decisão agravada acerca da atração dos óbices dos enunciados das Súmulas n.ºs 07 e 83/STJ.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp 1531311/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 05/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. FAMÍLIA. AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE. AUSÊNCIA DE VÍNCULO BIOLÓGICO. REGISTRO DE NASCIMENTO FIRMADO COM VÍCIO DE CONSENTIMENTO. FILIAÇÃO SOCIOAFETIVA. NÃO CONFIGURAÇÃO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. "É possível a desconstituição do registro quando a paternidade registral, em desacordo com a verdade biológica, efetuada e declarada por indivíduo que, na fluência da união estável estabelecida com a genitora da criança, acredita, verdadeiramente, ser o pai biológico desta (incidindo, portanto, em erro), sem estabelecer vínculo de afetividade com a infante." (REsp 1.508.671/MG, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 09/11/2016).

Precedentes.

2. Na hipótese dos autos, infirmar as conclusões do julgado para reconhecer que o agravado não foi induzido a erro pela genitora do agravante demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que encontra vedação na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 808.552/RN, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 29/08/2017)

3. Do exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial e com base no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados na origem, em favor da parte recorrida.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

